

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A Glovo, empresa espanhola a operar em Portugal desde 2017, insere-se no sector da distribuição. Através de uma plataforma digital o cliente pode comprar, receber e enviar qualquer produto dentro da mesma cidade.

No entanto, para os trabalhadores que asseguram este serviço de estafeta, as condições de trabalho são marcadas pela profunda precariedade.

Estes trabalhadores não têm vínculo laboral com a empresa, não têm seguro para acidentes de trabalho (embora garantam entregas circulando de mota e/ou bicicleta por várias zonas, nomeadamente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto), a instabilidade acompanha-os todos os dias, os rendimentos que obtêm dependem do número de entregas que realizem e o facto de serem mal pagos obriga muitos a fazer horários superiores a dez horas de trabalho diárias.

É essencial referir que estes trabalhadores desenvolvem a sua atividade em zonas determinadas pelas empresas, usam equipamentos destas, cumprem horários e ordens de direção e fiscalização e recebem uma quantia como contrapartida do trabalho prestado – o que os torna trabalhadores por conta de outrem e não prestadores de serviços.

A realidade vivida pelos trabalhadores da Glovo é também sentida por muitos outros, como os da Uber Eats que sofrem o mesmo desrespeito pelos seus direitos.

Serão mais de 1000 os trabalhadores que, trabalhando para estas plataformas, trabalham todos os dias, de segunda a domingo, sem dias de descanso, sem seguro contra acidentes de trabalho, sem salário mínimo garantido, sem férias, subsídio de férias ou subsídio de natal.

Na passada sexta-feira cerca de 50 estafetas da empresa Glovo concentraram-se na Praça do Comércio em Lisboa, em protesto contra os salários em atraso, pagos quinzenalmente.

Estes trabalhadores reivindicam a atualização do vencimento por serviço e dizem que, desde o encerramento do escritório em Lisboa, o contacto com a empresa, por e-mail, tem sido fortemente condicionado.

A realidade e natureza da empresa que é, no essencial, uma plataforma digital que deixou de ter estrutura fixa em Portugal, não pode servir de escapatória para que o Governo se exima das suas responsabilidades quando o que está em causa são os direitos dos trabalhadores.

Existindo salários em atraso, existindo um nível brutal de precariedade, de falsos recibos verdes, salários de miséria, que levam a situações sociais degradantes, é necessário e urgente a intervenção do Governo através dos órgãos próprios do ministério com a tutela da área laboral.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais em vigor, solicitamos ao Governo que, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Tem o Governo conhecimento da situação acima descrita de desrespeito pelos direitos dos trabalhadores? Que avaliação faz da mesma?
2. Que ações inspetivas foram levadas a cabo pela Autoridade para as Condições de Trabalho às empresas em questão? Que conclusões resultaram das mesmas?
3. Que medidas vai tomar o Governo para assegurar o cumprimento dos direitos destes trabalhadores, a garantia de um vínculo estável, de salários dignos, o pagamento atempado de todas as retribuições a que têm direito e a manutenção dos seus postos de trabalho?

Palácio de São Bento, 12 de fevereiro de 2020

Deputado(a)s

DIANA FERREIRA(PCP)

ALMA RIVERA(PCP)

DUARTE ALVES(PCP)